



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682624 - SP (2021/0234032-7)

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**IMPETRANTE** : RODRIGO ANTONIO CAMPOS RODRIGUES  
**ADVOGADO** : RODRIGO ANTONIO CAMPOS RODRIGUES - SP230254  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : RAFAEL HENRIQUE OLIVEIRA DOS SANTOS (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de RAFAEL HENRIQUE OLIVEIRA DOS SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 0000277-96.2017.8.26.0591).

O paciente foi condenado como incurso no artigo 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06, às penas de 5 anos de reclusão, em regime fechado, e 500 dias-multa.

O impetrante defende a aplicação do redutor previsto no art. 33, § 4º, da Lei 11.343/2006, tendo em vista que o paciente preencheria todos os requisitos necessários para tanto.

Requer, liminarmente e no mérito, o redimensionamento da pena e a consequente readequação do regime, substituindo-se a pena privativa de liberdade por restritivas de direito.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado nota-se que foram declinados os fundamentos para o redimensionamento da pena, bem como para a readequação do regime, consoante se extrai da ementa do julgado (fls. 24-25):

*Tráfico de drogas Recurso do Ministério Público pleiteando o afastamento do redutor previsto no art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/06, e da substituição da pena corporal por penas restritivas de direitos, bem como a fixação do regime fechado para início do cumprimento da pena Recurso defensivo buscando a restituição do bem apreendido*

*- Autoria e materialidade do delito bem comprovadas, não se insurgindo a defesa quanto ao decreto condenatório*

*- Pena alterada - Afastamento do redutor em razão do não preenchimento dos requisitos legais - Réu que fazia do comércio ilícito de entorpecentes seu meio de vida, não se tratando de traficante ocasional*

*- Afastamento da substituição da pena corporal por restritivas de direitos Crime nefasto, sendo preciso maior reprovabilidade àquele que envereda para a*

*prática de tal conduta ilícita, de modo a prevalecer o parâmetro da suficiência e proporcionalidade na fixação da pena*

*- Necessidade de imposição de tratamento mais rigoroso ao traficante Regime prisional alterado para o inicial fechado Crime equiparado a hediondo, ensejando a aplicação, inicialmente, do regime mais severo, mostrando à sociedade a eficaz repressão a esse tipo de delito*

*- Personalidade deturpada, causadora de risco à ordem pública, de quem envereda para a prática desse tipo de criminalidade - Perdimento da motocicleta corretamente decretado Comprovação nos autos de que o réu dela se utilizava para a prática do crime Apelo ministerial provido Apelo do réu improvido.*

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência